



**O IMPACTO QUE O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR) TEM CAUSADO
PARA A MELHORIA DO PROCESSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE
PROFESSORES DO CAMPO**

Vanessa Ribeiro de Carvalho¹
Arlete Ramos dos Santos²

INTRODUÇÃO

Este artigo traz resultados de uma pesquisa de Iniciação Científica, realizada na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e tem como tema central “Políticas Públicas educacionais do PAR em municípios da Bahia”. A pesquisa é de cunho quali/quantitativa de natureza exploratória com realização de entrevistas com diretores, professores, coordenadores de escolas do campo e secretários de educação dos municípios de Vitória da Conquista e Itabuna na Bahia e análise documental.

O texto se norteia pela seguinte questão problemática: qual a importância dos programas aplicados pelo PAR no que se refere à formação continuada de professores na melhoria da educação do campo em Vitória de Conquista e Itabuna? A partir de então, temos como objetivos específicos, identificar os programas para formação continuada de professores em escolas do campo nos municípios pesquisados, avaliar o grau de relevância de tais programas para o avanço e melhoria da educação do campo e apontar a frequência em que esses programas são aplicados nestas escolas, partindo do objetivo geral, qual seja, identificar as melhorias que o programa trouxe no âmbito de qualificação dos profissionais de educação do campo destes municípios.

De acordo com o MEC, o Plano de Ações Articuladas é uma extensão do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (PMCTE), é formulado pelos estados e municípios e tem duração de quatro anos, composto por ações e metas para melhoria da educação nestes locais. A Resolução CD/FNDE /N.º 29, de 20 de junho de 2007 estabelece os critérios, os parâmetros e os procedimentos para a operacionalização da assistência financeira suplementar a projetos educacionais, no âmbito do Compromisso Todos pela Educação, esta

1 Graduada em Pedagogia - Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, da Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC, Brasil. Endereço eletrônico: vanessa.rcarvalho@hotmail.com

2 Doutora em Educação pela FAE/UFMG com Pós-doutorado pela UNESP. Atualmente é Professora Adjunta da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC - BA). Endereço eletrônico: arlerp@hotmail.com



Resolução determina a forma pela qual se dará a colaboração da União aos entes federados signatários do PAR.

Tal Resolução estabelece que as ações do PAR têm “caráter suplementar e serão realizadas em regime de colaboração com os entes da federação” com o objetivo de “contribuir para a melhoria das condições de acesso e permanência e do desenvolvimento dos sistemas estaduais e municipais de educação básica” (Art.1º, § 2º).

Com interesse em verificar os benefícios que os programas lançados pelo governo têm influenciado na educação e, principalmente, pensando em âmbito de educação do campo, resolvemos fazer tal pesquisa, para verificar como a participação dos professores nesses programas pode ajudar na melhoria da aplicação da educação na sala de aula e como esses programas estão sendo levados para os municípios, tendo como recorte espacial Vitória da Conquista e Itabuna.

No primeiro momento será exposto o conceito de Educação do campo e sua contextualização, em seguida informaremos sobre o Plano de Ações Articuladas, mostrando os programas de formação continuada dos professores do campo que estão contidas no mesmo. Logo após, faremos a exposição dos dados coletados na pesquisa de acordo com as entrevistas realizadas e, por fim diante das análises dos dados junto aos programas encontraremos a resposta para a problemática apresentada.

Quando falamos em Educação do campo, pensamos em escolas no meio do nada, em uma zona rural, em péssimas condições físicas, salas multisseriadas ou ainda escolas dentro de acampamentos do MST, em processo de militância.

METODOLOGIA

A pesquisa é de cunho quali/quantitativa de natureza exploratória com realização de entrevistas em 17 escolas, dentre estas, 9 de Itabuna e 8 de Vitória da Conquista, realizadas com diretores, professores, coordenadores de escolas do campo e secretários de educação dos municípios em questão e análise documental. Tendo como contribuição autores brasileiros que discutem a temática da formação continuada de professores no Brasil e os programas implantados pelo Estado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



Os resultados dessa pesquisa são baseados em 17 entrevistas, dentre elas 9 feitas em Itabuna com professores e coordenadores e 8 em Vitória da Conquista também com professores, diretores e coordenadores de escolas do campo, percebemos ao longo das entrevistas que no município de Itabuna a formação continuada tem pouca atuação de projetos vinculados ao PAR, em sua grande maioria o município fornece tal formação, 7 entrevistas relatam a aplicação da formação do PACTO e do ProInfantil e duas nem conhecem tais projetos, percebemos também a precariedade com relação a formação continuada, a educação não é exclusivamente voltada para o campo, ou seja, seguem o currículo da zona urbana, não prevalecendo o cotidiano do aluno como base de vivências na escola.

Em Vitória da Conquista as entrevistas relatam que todas as escolas do campo deste município, tem participação do programa PACTO, algumas têm também o PNAIC e o Projovem, percebemos que no geral o município fornece uma formação definida como AC, que é realizada pelo próprio município com parceria da Universidade Estadual do Sul da Bahia (UESB), uma das entrevistas relata também o Programa ASA que é voltado para o semiárido, que na verdade é o único programa relatado que é totalmente voltado para o campo, mesmo assim, comparando os dois municípios, percebemos que o município de Vitória da Conquista está mais voltado para o campo, com relação as suas ações nas escolas, apesar do currículo usado ser o mesmo da zona urbana.

Observamos também que em alguns casos os professores vão em maior quantidade para participar dos programas de formação, por causa da remuneração recebida e na maioria das entrevistas os programas que são implantados são elogiados, mas ainda assim existem professores que nunca participaram de uma formação continuada de tais programas.

De acordo com Molina e Antunes-Rocha (2014) pensou-se em educação do campo no período em que se começou a pensar em educação pública para todos, em meio a uma sociedade marcada pelas mudanças, chegada da indústria no país, êxodo rural e crescimento do capitalismo. Nos anos de 1940 a 1970 com a “Revolução Verde” as escolas do campo são deixadas de lado, precarizadas, tanto em aspectos físicos, quanto educacionais, apenas no final dos anos 70 é que se observa o grande índice de analfabetismo no Brasil, e a precariedade das escolas rurais, como medida de emergência foram criados vários cursos para professores leigos, no intuito de melhorar a situação educacional.

Com a criação da Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação



de 1996, os municípios foram obrigados a dar assistência às escolas rurais e urbanas e a seleção de professores, ficou mais rigorosa, exigindo curso específico, concurso para aprovação de professores e plano de carreira para estes. “A escola rural volta à pauta acadêmica e das políticas públicas no início dos anos 80 do século XX, com a emergência dos movimentos sociais e sindicais camponeses que, em seus processos de luta por terra, demandam entre outros direitos o acesso à escolarização.” (Molina e Antunes-Rocha, 2014).

Ou seja, o PAR é um instrumento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), para a melhoria da educação, visando cumprir as metas e as diretrizes, é coordenado pelas secretarias municipais e/ou estaduais de educação e elaborado pelos gestores, professores e comunidade. Segundo o PMCTE, o PAR é “o conjunto articulado de ações, apoiado técnica ou financeiramente pelo Ministério da Educação (MEC), que visa o cumprimento das metas do Compromisso e a observância das suas diretrizes” (art. 9º).

O PAR é regulamentado pela Resolução CD/FNDE /N.º 29, de 20 de junho de 2007, e pelas resoluções: Resolução/CD/FNDE N.º 47 de 20 de setembro de 2007 que altera a Resolução nº 029 e Resolução/CD/FNDE/N.º 46 de 31 de outubro de 2008, que alteram alguns itens da Resolução nº 29. Visa atender as necessidades educacionais do município, por isso, existe a necessidade de avaliar a situação do município para elaboração do PAR.

A gestão educacional não se desenvolve como esperado, pois espera-se uma participação constante da comunidade nas questões escolares e a maioria nem conhece o Projeto Político Pedagógico das escolas e não participam da prestação de contas dos recursos descentralizados, a formação continuada de professores de acordo com Silva e Cruz (2015, p.9): “Desde a implementação do PAR, o quadro educacional, mais precisamente a qualificação de profissionais da educação, não tem sofrido grandes mudanças”. Espera-se uma melhoria na qualificação desses profissionais já que se investe em tal dimensão, as práticas pedagógicas e a avaliação são evidenciadas pela precariedade escolar nesse âmbito, sobrecarga de trabalho, ausência de gestão democrática, e a avaliação sempre em caráter qualitativo, excludente. Com relação à infraestrutura e os recursos didáticos, são as áreas que mais recebem repasses financeiros, porém apresentam vários problemas nas licitações e fiscalizações.

CONCLUSÕES



Em seus estudos Gatti (2008) revela que as ações públicas para formação continuada obtêm maiores resultados onde a carência educacional é maior, em lugares desenvolvidos socioeconomicamente falando, os resultados das ações não são tão satisfatórios. Deixa claro também que talvez o melhor seja investir na melhoria dos cursos de graduação e deixar para os cursos de formação continuada apenas especializações e aperfeiçoamentos.

Percebemos assim, que os programas implementados pelo PAR são importantes, porém não são disponibilizados para os docentes, que reclamam da falta de preparação e atualização do sistema de educação. Mesmo os municípios disponibilizando formação continuada própria, esta é defasada e também precisa de atualização. Fazendo-se necessários também programas voltados exclusivamente para a educação do campo com o intuito de promover a relação do aluno com o meio em que vive, sem falar no currículo voltado para o campo.

Nessa perspectiva concordamos com Gatti (2008) quando diz que o melhor seria investir nos cursos de graduação, assim o professor viria para sala de aula mais preparado para desempenhar o papel que lhe cabe, de mediador.

Palavras-chave: Plano de ações articuladas. Formação continuada. Educação do campo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Educação. **PAR- Apresentação**. 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/par>>. Acesso em: 08 abr. 2017.

BRASIL. Ministério de Educação. **Formação continuada para professores**. 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/formacao>>. Acesso em: 10 abr.2017.

GATTI, Bernardete A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**. v.13, n.37, p.57-186, jan./abr.2008.

SILVA, Maria do Socorro Araújo; CRUZ, Rosana Evangelista da. O Plano de Ações Articuladas: Desafios para a Gestão Educacional. **Revista Fundamentos**. Piauí. v. 2, n. 2, p. 1-19. 2015.



BRASIL. Ministério de Educação. Secretaria de Educação. **Conselho Escolar e a educação do campo**. Brasília, 2006. cad. 9. 92p.

MOLINA, Mônica C.; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. Educação do Campo: História, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores – reflexões sobre o Pronex e o Procampo. **Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul**. v.22, n.2, p.220-253, jul./dez. 2014.

_____. **Resolução CD/FNDE n.29, 20/6/2007** (retificada em 29/6/2007): estabelece os critérios, os parâmetros e os procedimentos para a operacionalização da assistência financeira suplementar a projetos educacionais, no âmbito do Compromisso Todos pela Educação, no exercício de 2007. Brasília, 2007b. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br>. Acesso em: 23 abr. 2017.

_____. Ministério da Educação (MEC). **Resolução nº 2**, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Brasília, DF: MEC, 2008.